

Relator vive dias muito agitados

29 NOV 1990



RAIMUNDO DIACCO

Aos 71 anos, cumprindo seu sétimo mandato como deputado federal — e já reeleito para o oitavo —, João Alves, do PFL-BA (foto), está vivendo um dos momentos mais agitados de sua vida parlamentar. As 5h da manhã, já está sendo acordado por telefonemas de governadores, senadores, deputados, prefeitos, velhos e novos amigos. Durante todo o dia, seu telefone não pára de tocar e, na ante-sala de seu gabinete, há sempre uma fila de excelências à espera de um minuto da sua atenção. Mais de meia-noite, ele ainda está reunido com colegas ou debruçado sobre vastos calhamaços de papéis, repletos de cifras em bilhões de cruzeiros.

Motivo de toda esta agitação: João Alves é o relator-geral da Comissão Mista Permanente de Orçamento, isto é, o homem encarregado de apresentar um parecer, praticamente decisivo,

para a aceitação (ou não) das 13 mil 356 emendas apresentadas ao projeto de Orçamento Geral da União, que tem uma previsão de receita e despesa de Cr\$ 8 trilhões 677 bilhões. Por isso, há mais de um mês, ele está recebendo pedidos e pressões para aceitar emendas remanejando verbas “para atender melhor a carências das diversas regiões do País”. Este é o eufemismo que o veterano parlamentar usa para, diplomaticamente, fugir de uma constatação: na maioria das emendas, é evidente o fisiologismo dos parlamentares, que pretendem aquinhar suas bases eleitorais com parcas fatias do minguado orçamento federal.

“Os parlamentares vão com muita sede ao pote e eu tenho de ser uma barreira aos excessos cometidos”, afirma o deputado, que não perde a calma nem o bom humor, ao negar — de pronto — as pretensões descabidas, ou ao cobrar — com energia — a apresentação dos relatórios setoriais, que já deveriam estar prontos, com um primeiro “peneiramento” das 13 mil emendas.

Os prazos regimentais já estão estourados. O relatório-geral de João Alves já deveria estar sendo votado pela Comissão, para ser enviado à votação pelo plenário do Congresso até o dia 5 de de-

zembro, pois antes da aprovação do orçamento — por norma constitucional — não pode ser iniciado o recesso parlamentar. Acontece que, para fazer seu relatório, o deputado precisa que a comissão tenha votado os 56 relatórios setoriais e, até ontem, mais de 20 deles ainda não estavam prontos.

João Alves justifica o atraso. Além dos problemas de uma ano eleitoral, os parlamentares estão enfrentando, ao mesmo tempo, uma tarefa dupla: discutir, emendar, relatar e aprovar não só o Orçamento Geral da União para 1991, mas também o Plano Plurianual, que traça diretrizes e metas para todo o governo Collor, isto é, até 1994. A votação, pela Comissão, dos relatórios setoriais — tanto do Orçamento, quanto do Plano Plurianual — começou ontem e João Alves não sabe prever quantas sessões serão necessárias para a conclusão destes trabalhos. Depois disso, precisará de mais três ou quatro dias para fazer seu relatório-geral. Mesmo com todas as pressões — do tempo e dos interessados nas emendas —, João Alves, com a experiência e tranquilidade adquiridas em 28 anos de vida parlamentar, afirma: “No fim, tudo vai dar certo. Até o dia 15, tudo estará aprovado e poderemos entrar em recesso”.